**Descobrindo sentidos não literais:**

**análise de pressupostos e subentendidos na música “Pavão pavãozinho”**

***Discovering non-literary meanings: analysis of presuppositions and implicits in the song “Pavão pavãozinho”***

***Ana Beatriz Ferreira Camargo***

Graduada em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG – Anápolis), cantora e compositora (Canal Youtube: http://bit.ly/AnaBeatrizYouTube/).

E-mail: anabeatrizmusica@hotmail.com

***Marco Antônio Rosa Machado***

Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do curso de Letras na Universidade Estadual de Goiás (UEG – Anápolis).

E-mail: machadorvd@yahoo.com.br

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Resumo**:O objetivo deste trabalho é analisar os pressupostos e os subentendidos presentes na canção *Pavão pavãozinho*, da cantora e pastora Fernanda Brum. Para isso, foi utilizada uma proposta metodológica criada por Ana Zandwais (1990), que topicaliza no discurso sujeitos e instituições, a fim de elucidar informações por meio de um esquema de contextualização pragmática. A base teórica do trabalho está constituída pelos trabalhos de Ducrot (1977), Cervoni (1989), Menegusso (2008), Costa (2009), Levison (2007), Lebler (2016), entre outros. Os resultados de nossas análises indicam que a mobilização dos conhecimentos implícitos é essencial para a compreensão global dos sentidos possíveis de um texto.

**Palavras- chave**: Pressuposição. Subentendido. Letras de músicas.

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze the presuppositions and implicits in the song *Pavão pavãozinho*, by singer Fernanda Brum. For this, we used a methodological proposal created by Ana Zandwais (1990) in order to elucidate information through a pragmatic contextualization scheme. The theoretical basis of the work consists of the works of Ducrot (1977), Cervoni (1989), Menegusso (2008), Costa (2009), Levison (2007), Lebler (2016) among others. The results of our analyzes indicate that the mobilization of implicit knowledge is essential for a global text comprehension.

**Keywords**: Presupposition. Implicit. Lyrics.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

# *1 Introdução*

Há hoje, em nossa cultura, diversas manifestações artísticas, e uma das principais e mais amplamente difundidas é a música. Muitos se encantam pela beleza da melodia, ou pelo gingado envolvente, porém, ao serem conquistados pela melodia e pelo ritmo, não se atentam para as mensagens, para os valores, ou até mesmo para os protestos presentes nas entrelinhas, por meio de subentendidos ou de outros modos pelos quais as mensagens são veiculadas nas letras das canções.

Infelizmente, essa realidade tem passado despercebida, e a sociedade, em geral, tem formado pessoas que apenas repetem discursos cantados em rodas de amigos e não fazem uma leitura crítica sobre o que estão repetindo, sobre o que estão valorizando ou desvalorizando. Não refletem sobre a imagem que transmitem sobre si mesmas ao repetir ou simplesmente aceitar irrefletidamente o que está sendo propagado.

Tendo essa realidade como pano de fundo, este artigo analisa a letra da música “Pavão Pavãozinho”, de Fernanda Brum, com o objetivo principal de responder a seguinte questão: *como compreender os implícitos (pressupostos e subentendidos) da música a partir da leitura crítica e da análise textual?* Ou seja, buscamos ir além dos elementos da superfície linguística, que se apresentam no que está escrito e cantado, para entender o sentido a partir da compreensão do que não foi explicitado.

Nossos objetivos estão alinhados ao conjunto de estratégias investigativas que utilizamos para este trabalho: identificação, análise e sugestões de sentidos embasadas teoricamente a partir da análise textual-discursiva da canção objeto de estudo. Dito de forma mais detalhada, buscamos: (i) identificar os implícitos (pressupostos e subentendidos) na música “Pavão pavãozinho”, composta e interpretada por Fernanda Brum; (ii) analisar os pressupostos e subentendidos que ocorrem na canção, pensando em seus papeis na constituição do sentido textual e, por fim, (iii) sugerir os sentidos possíveis da composição, a partir da observação da mensagem linguística e outras manifestações circunstanciais implícitas.

São vários os motivos pelos quais se faz uso dos implícitos em textos. Pensando nisso, julgamos importante nos atentar a esses motivos e também às formas como esses implícitos aparecem neles. Optamos por utilizar o gênero textual letra de música como material de análise, considerando as vastas manifestações de implícitos presentes no gênero. Manifestações estas cujos objetivos nem sempre são tão claros aos ouvintes por inúmeras questões estratégicas, já que muitos ouvintes não são instigados a pensar nas intenções dos compositores, nem nas estratégias especificamente linguísticas que permitem esses sentidos não literais nas composições.

## *2 Referencial teórico*

A noção de implícito é um dos temas caros à semântica linguística, embora nem sempre tenha merecido a devida atenção dos semanticistas. Dessa forma, buscamos não só entender o que estamos chamando de *implícito* neste trabalho, mas também – o que nos interessa realmente –, estabelecer uma distinção entre os tipos de implícitos que utilizaremos em nossas análises. Começaremos então por entender o funcionamento do implícito.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 270),

Pode ocorrer que o enunciado “Faz calor” signifique simplesmente que faz calor. Mas, em contexto comunicativo, é frequente que a verdadeira significação de um tal enunciado seja, segundo o caso, e entre outros: “Abra a janela”, “Desligue o aquecedor”, “Posso tirar o casaco?”...

Dessa forma, entendemos que implícito diz respeito a tudo aquilo que está contido em uma proposição, mas que não é mostrado de forma clara, não se tratando assim de uma declaração aberta, mas subentendida. Considerando alguns aspectos acerca da noção de implícito que auxiliam na construção de sentido do texto, julgamos necessária a distinção entre dois tipos de conteúdos implícitos, os *subentendidos* e os *pressupostos*, a fim de compreendermos melhor os subentendidos.

Na leitura e intepretação de um texto e/ou de um enunciado, é muito importante atentar aos recursos argumentativos que estão sendo utilizados, pois os recursos são estratégias de convencimento e, em alguns casos, demandam comprometimento do interlocutor. A pressuposição ilustra bem isso, pois se trata, segundo Ducrot (1977), de um elemento presente no conteúdo dos enunciados[[1]](#footnote-1) que passam a constituir-se em informação implícita no próprio conteúdo semântico dos enunciados. Desse modo, na pressuposição, o locutor transforma o ouvinte em comparsa, pois o ouvinte não possui a opção de discordar por não se tratar de um conteúdo posto. Cervoni (1989), discutindo as ideias de Ducrot, salienta:

Sua especificidade [da pressuposição] reside na maneira como ela impõe ao interlocutor um quadro para a continuação do diálogo: ela o obriga a considerar como se o conteúdo do pressuposto fosse uma verdade estabelecida, que não pode ser posta em questão. Se há encadeamento, este, em princípio, só pode ser feito sobre o posto, e não sobre o pressuposto. (CERVONI, 1989, p. 98).

Em outras palavras, pode-se avaliar, na pressuposição, o seu *dizer* posto em questão, mas jamais o seu *dito*, pois a pressuposição traz consigo *uma marca linguística*. Disso decorre que “as pressuposições parecem estar ligadas a *palavras* específicas – ou [...] a aspectos da estrutura superficial em geral. Chamaremos tais itens linguísticos geradores de pressuposição e *acionadores de pressuposição*” (LEVINSON, 2007, p. 223). Tomemos como exemplo a exemplificação apresentada por Levinson (2007) a respeito do ato de pressupor:

(1) John, que é um bom amigo meu, lamenta ter parado de fazer linguística antes de deixar Cambridge.

(2) John, que é um bom amigo meu, não lamenta ter parado de fazer linguística antes de deixar Cambridge.

O conteúdo explicita algumas inferências, dentre as quais encontramos:

- John é um bom amigo do falante

- John parou de fazer linguística antes de deixar Cambridge.

- John estava fazendo linguística antes de deixar Cambridge.

O pressuposto é o dado que não se põe em discussão. Neste caso, essas inferências são candidatas à pressuposição, pois o dado não se altera mesmo com a negativa. Localizando a pressuposição da inferência “John estava fazendo linguística antes de deixar Cambridge”, temos a seguinte explicação: Se alguém afirma que X *parou de fazer* Y, então, pressupõe que X *esteve fazendo* Y, uma inferência compartilhada pela asserção de que X *não parou de fazer* Y. Portanto, o verbo *parar* é o responsável pela pressuposição, isto é, o acionador de pressuposição.

 O subentendido se diferencia da pressuposição, pois exige um raciocínio cujo conteúdo proposicional extrapola a base linguística na qual se fundamenta. É uma outra forma de implícito, porém de natureza dedutiva, obtida não só a partir do sentido literal, mas também do contexto, isto é, obtém-se uma informação através de uma *dérmache* discursiva, que viabiliza duas principais leis do discurso, a informatividade e exaustividade. No ato subentendido, “a interpretação decorre de uma interrogação que se refere não ao enunciado, mas à enunciação” (CERVONI, 1989, p. 99).

Os subentendidos são insinuações que proporcionam ao produtor do enunciado um descomprometimento com a interpretação do outro. O ouvinte pode ou não concordar com o aquele que produz o discurso. Neste caso, aquele que diz algo pode usar aquela velha frase “sou responsável pelo que digo e não pelo que você entende”. O subentendido pode ser uma grande ferramenta de proteção e de protesto ao mesmo tempo. O autor pode expor algo sem se prejudicar e pode também influenciar alguém a fazer algo em um determinado ambiente sem *dizer* e até mesmo transferir a culpa depois, caso leve alguém a realizar alguma ação. Por exemplo, imaginemos uma sala abafada e duas pessoas dentro dela. Uma delas diz:

­­­— Nossa, que calor!

Suponhamos que a outra pessoa seja alguém que goste muito de agradar e então abre a janela para que entre um ar e refresque o ambiente e cause então um maior conforto a outra pessoa. De repente começa a chover, e o sofá que estava próximo à janela fica ensopado de água e quando a dona da casa chega...

— Quem foi que abriu a janela? Eu a deixei fechada!

— A Fernanda pediu pra eu abrir...

— Como? Eu não pedi nada, Arthur.

— Mas, você disse que estava com calor.

— Justamente. Eu disse que estava com calor. Não disse pra você abrir a janela!

Como podemos observar, Arthur teve uma interpretação a respeito da fala de Fernanda, no entanto Fernanda utilizou um recurso argumentativo que a permitiu influenciar e se descomprometer com o ocorrido, aliás, ela não tinha *dito* nada mesmo. “Em todos os casos, [no subentendido], o que desencadeia a interpretação não é a pergunta 'O que diz o locutor?' mas a pergunta, 'Por que o locutor, no contexto atual, diz o que diz?'” (CERVONI, 1989, p. 99). O locutário pode até estar certo sobre a intenção do locutor, no entanto, corre o risco de ser desmentido. O locutor[[2]](#footnote-2) pode se impor, “Eu não disse!”.

O subentendido não se resume apenas ao ato comunicativo oral. Ele pode estar presente também, por exemplo, em um anúncio ou placa de loja com o seguinte texto, “aberta às terças”, exigindo uma presunção de informatividade[[3]](#footnote-3) e um grau de intepretação utilizando a lei da exaustividade para entender que o que a placa quer dizer é “aberta *apenas* terça-feira” (DUCROT, 1977, p. 147-8). A *dérmache* discursiva pela qual interpretamos um enunciado que comporta subentendidos viola uma norma da comunicação, pois comete uma infração ao nível literal desencadeando novos sentidos a partir do não dito, mas presumido. Sendo assim,

a oposição entre as duas formas de implícito que são os pressupostos e os subentendidos pode ser resumida da seguinte maneira: o ato de pressuposição é imediato, primitivo, não derivável, enquanto o ato realizado através do subentendido é um ato derivado. (CERVONI, 1989, p. 99).

Outro aspecto do subentendido diz respeito à resistência às transformações sintáticas feitas pela negação e pela interrogação. Por não se tratar de um componente linguístico, mas sim de um componente retórico, o subentendido não tem suas bases na significação, mas na enunciação, fundamentando-se em enunciado + contexto. Por esse motivo, a compreensão é comprometida, diferentemente da pressuposição ela não se dá por um conhecimento passado ou já existente do locutor e interlocutor, mas posterior a uma reflexão do ouvinte, que analisará a circunstância pela qual o locutor transmitiu a mensagem. Segundo Lebler (2016, p. 311), “O locutor beneficia-se do conteúdo linguístico que enuncia, pois, a partir dele, comunica ao destinatário da mensagem um conteúdo derivado, que não encontra fundamento na significação.”

Diferenciando-se da pressuposição, no subentendido é possível se obter o encadeamento da sequência do discurso por meio de um processo argumentativo decorrente de processos inferenciais. Lebler (2016, p. 311) ilustra isso, a partir de uma situação hipotética, em que os componentes do diálogo são um orientador e seu aluno (de doutorado). O exemplo apresentado pela autora pode ser resumido do seguinte modo:

O locutor-orientador, ao produzir o enunciado *Pedro concluiu seu doutorado em apenas dois anos*, pode estar querendo veicular uma mensagem subentendida ao interlocutor (Paulo): *Gostaria que você concluísse seu doutorado antes do prazo*; ao que Paulo poderia responder *Eu não concluirei meu doutorado antes do fim do prazo, pois preciso realizar uma longa coleta de dados*. O locutor-orientador poderia negar o subentendido, afirmando *Pedro concluiu seu doutorado precocemente, pois foi aprovado em um concurso público.*

Acrescentando o componente retórico, verifica-se que, a partir dele, tem-se “a perspectiva de concluir atos de fala inconclusos, de acordo com as situações em que são proferidos” (ZANDWAIS, 1990, p. 31). Sendo assim, os sentidos subentendidos se encontram descolados da significação e derivados de elementos contextuais, mas constituem-se como um ato de fala configurado no acréscimo pela interpretação do ouvinte. Nos subentendidos, o locutor não fica constrangido a aceitar o acréscimo, podendo sempre apelar ao sentido literal do seu enunciado para negar sua intenção de comunicar tal interpretação. “O uso de um enunciado com pressupostos já impõe ao destinatário a imagem do discurso do locutor, enquanto o subentendido é o resultado ao qual o interlocutor chega a partir da imagem que o locutor deu ao seu discurso, como um efeito secundário deste.” (LEBLER, 2016, p. 313).

Ducrot (1977) descreve de maneira mais objetiva o raciocínio que o interlocutor tem de fazer para depreender o que está subentendido no discurso a partir de duas leis gerais de reação ao comportamento discursivo dos indivíduos, que são a lei da informatividade e a lei da exaustividade, ambas relacionadas ao componente retórico. É por meio delas que se poder, de certo modo, prever os efeitos de sentido possíveis para um dado enunciado em uma determinada situação (DUCROT, 1977, p. 141).

De maneira bem sucinta, Zandwais (1990) caracteriza essas duas leis do seguinte modo: de acordo com a *lei da informatividade*, os subentendidos se constituem em informações novas que podem ser obtidas pelo interlocutor, a partir de um cálculo semântico-discursivo, por meio do qual o locutor somente pode concretizar o objetivo pretendido se o seu destinatário realmente desconhecer os fatos apontados. Vejamos o exemplo a seguir, considerando o seguinte contexto: X empresta um livro para Y e quer saber a opinião dele a respeito da obra.

(X) — O que você achou do romance que lhe emprestei?

pp:¹ X tem um romance[[4]](#footnote-4)

 S:¹ A opinião de Y é importante para X.

(Y) — É, alguns capítulos são interessantes.

pp:¹ O livro está dividido em capítulos.

S:¹ Y não gostou da maioria dos capítulos do livro.

Como se pode observar, enquanto os pressupostos se revelam como informações deduzidas diretamente da forma linguística, os subentendidos são apresentados como informações novas que o interlocutor obtém a partir daquilo que é dito, em um contexto determinado, podendo, desse modo, concluir que Y não gostou do livro emprestado.

Segundo a *lei da exaustividade*, as informações dadas pelo locutor devem dizer tudo que o locutor sabe e que o locutário precisa saber, pois, caso contrário, as interpretações podem ser inadequadas ou então feitas com inferências próprias decorrentes de informações limitadas fornecidas pelo locutor. Nesse caso, frequentemente essa lei sofre uma ruptura, muitas vezes, propositalmente, pois a violação dessa lei decorre de uma ética comportamental em que o locutor se protege de maneira antecipada para evitar riscos decorrentes da quantidade de informações fornecidas, ou, ainda, como descumprimento do compromisso de informar o ouvinte. Segue um exemplo; um sujeito encontra-se visitando outro durante longo tempo, e, subitamente, o dono da casa consulta o relógio da sala e diz ao interlocutor:

– Já são dez horas!

Então, o visitante, que estava comodamente sentado em um sofá conclui, através de uma interpretação própria do conteúdo do ato de fala do outro, que é hora de despedir-se.

Um tipo de discurso no qual o subentendido encontra adequada aplicação, quando o locutor viola intencionalmente as leis da informatividade e da exaustividade, é o discurso irônico, conforme aponta Zandwais (1990, p. 35):

É ainda dentro da ótica do subentendido [...] que se pode descrever a lógica do discurso irônico [...] Assim, o modo de produção do discurso irônico caracteriza-se pela atitude do locutor de dizer o que quer dizer, através de insinuações e metáforas, sem que ele corra o risco de ser alvo de censuras diretas.

Outro tipo de discurso que rompe com a lei da exaustividade é o discurso religioso, que, por ser rico em metáforas, geralmente nunca diz explicitamente tudo que é necessário comunicar, especialmente os textos sagrados, como é o caso dos textos bíblicos. Exemplo prototípico desse rompimento com a lei da exaustividade no discurso religioso são as parábolas, que, por conter fundo doutrinário e moralizante, só alcançará seu sentido se for explicada, ou seja, se seus subentendidos forem explicitados. Segue um exemplo.

“Pois é mais fácil um camelo passar pelo fundo duma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus” (Lucas 18, 25).

pp:¹ Deus tem reino.

pp:² Há coisas mais difíceis do que um camelo passar por uma agulha.

Infere-se inicialmente que o sentido do texto não reside no mundo concreto, mas se origina nele, assim, como é impossível fazer um camelo passar por uma agulha[[5]](#footnote-5) pode-se inferir uma série de implícitos do enunciado apresentado:

S:¹ Os ricos jamais entrarão no reino de Deus.

S:² O sujeito que pronunciou o discurso (Jesus) tinha algo contra ricos.

### *3 Procedimentos metodológicos*

Para alcançar nossos objetivos e analisar a ocorrência dos pressupostos e subentendidos na letra da música “Pavão Pavãozinho”, utilizamos o modelo de análise proposto por Ana Zandwais (1990), no seu livro *Estratégias de leitura*, que consiste em um modelo de esquema de contextualização pragmática, que busca apresentar de forma topicalizada informações sobre sujeitos ou instituições, presentes no texto, da seguinte maneira:

a) participantes do discurso – neste item [são] englobados os agentes individuais ou institucionais referidos nos discursos;

b) posições ocupadas e atribuições dos participantes – neste item [são] englobadas as funções ocupadas por agentes individuais e institucionais referidos nos discursos, bem como as atribuições decorrentes de cada função;

c) momento e lugar de enunciação – neste item, [são] englobadas as referências situacionais históricas, espaciais e temporais que caracterizam a produção de cada texto”. (ZANDWAIS, 1990, p. 42).

Além disso, a autora caracteriza o enunciado como uma unidade básica, analisável sob três aspectos simultâneos:

a) ponto de vista pragmático: [diz respeito à] representação parcial de um ato de fala e de uma situação de enunciação, cujos efeitos não podem ser apreendidos independentemente de uma abrangência de seu contexto total de produção;

b) ponto de vista da significação: como uma subunidade discursiva semanticamente organizada em termos de unidades significativas ou proposições contidas em uma unidade formal;

c) ponto de vista sintático: como uma unidade formal equivalente ao período é delimitada por pontos ou marcas formais.” (ZANDWAIS, 1990, p. 42).

Utilizamos esse modelo, pois julgamos o mais adequado aos nossos objetivos. Do ponto de vista da notação, faremos o seguinte: os *enunciados concretos* serão referidos por **E**, os *pressupostos*, quando explicitados, serão indicados por **pp**, e os *subentendidos* serão indicados por **S**. Serão apresentados alguns trechos da canção e, em seguida, será feita a análise dos períodos, com algumas descrições dos subentendidos, isto é, ressaltaremos algumas informações que podem ser depreendidas dos termos sem nos comprometer ou comprometer o autor, porém seguindo uma lógica, um raciocínio que a leitura das entrelinhas pode proporcionar ao interlocutor.

#### 4 Análise de dados

A música escolhida para análise, “Pavão Pavãozinho”, é uma canção de cunho cristão, que faz parte do CD *Glória,* da cantora Fernanda Brum, e que foi lançado em 2011 pela gravadora MK Music. Em maio de 2011, foi lançado também um clipe da canção, que teve como locação várias comunidades do Rio de Janeiro, como Complexo do Alemão, Pavão Pavãozinho, Vigário Geral, além da escada da Lapa e a Central do Brasil. O clipe também contou com participações de outro grupos musicais, AfroLata, Afromangue, Akoni, além do famoso grupo cultural AfroReggae[[6]](#footnote-6). O vídeo atingiu mais de um milhão e meio de *views* no *Youtube* e a canção circulou nas principais rádios *gospel* do Brasil.

Fernanda Brum é, além de cantora, líder religiosa (pastora evangélica) e possui uma personalidade musical muito voltada ao campo missionário. Pavão Pavãozinho, conhecido também como Cantagalo, refere-se a um conjunto de [favelas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela) situado na fronteira entre os [bairros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bairro) de [Ipanema](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipanema_%28Rio_de_Janeiro%29) e [Copacabana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Copacabana), na [Zona Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_Sul_%28Rio_de_Janeiro%29) da cidade do [Rio de Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_%28cidade%29), com cerca de cinco mil moradores, que vivem em extrema pobreza e sob o domínio da violência e do tráfico de drogas.

Apresentamos a seguir a letra da música e, em sequência, sua análise, conforme o modelo proposto acima.

**Pavão Pavãozinho** (Fernanda Brum) **[[7]](#footnote-7)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 12345678910 | O que vi na Central do BrasilNo Pavão Pavãozinho, em Padre MiguelEu não vi em outro lugar, fora daquiFora com tanta misériaVou lá espantar o fantasma do caosE mandá-lo pra outro lugarPra casa de ApolionO que vi no agreste mineiroO que vi no sertão, nos ribeirinhos do amazonasExtrapolou, extrapolou | 202122232425 | No Palanque da injustiça onde o pobre passa fome,Onde o órfão, a viúva e o idoso não têm nomePromessas esquecidas de outros carnavaisLembravam da igreja, agora não lembram maisSeguiram no batuque dessa dinheiradaPerderam a visão, agora já não têm mais nada! |
| 111213141516 | É, é a hora do senado acordarÉ a hora desse povo sacudirÉ a hora da bondade dominarÉ, é a hora de crer mais nos tribunaisDe exorcizar o mofo das prisõesDe ver nossos velhinhos a cantar | 262728293031 | É, é a hora do senado acordarÉ a hora desse povo sacudirÉ a hora da bondade dominarÉ, é a hora de crer mais nos tribunaisDe exorcizar o mofo das prisõesDe ver nossos velhinhos a cantar |
| 171819 | Incoerência, imprudência e maledicência,os que queriam pregarperdeu a inocência | 32333435 | Oe Oe Oe Oe OeCanta Brasil (3x) Oe Oe Oe Oe OeAcorda Brasil! |
|  |

Apresentaremos, a seguir, a análise do texto da letra da música, iniciando pela explicitação de algumas informações de forma topicalizada, conforme modelo de Zandwais (1990).

**A) Participantes do discurso**

A¹ Autora – o eu lírico. Depreendido do uso de verbos e pronomes da primeira pessoa.

A² Senado. Mencionado nos versos 11 e 26 e indiretamente no verso 20.

A³ Povo/População brasileira. Mencionado diretamente no verso 12 e indiretamente no trecho dos versos 1-9 e 20-25.

A4 Pregadores do Evangelho. Mencionados indiretamente no verso 18.

A5 Marginalizados. Mencionados indiretamente nos versos 2-4, 15-16, 20-21, 30-31.

A6 Igreja. Mencionada no verso 23.

**B) Posições e atribuições dos participantes**

Po. de A¹ –Agente que protesta. Aquela que fala/grita em nome dos esquecidos, dos injustiçados, dos pobres e marginalizados em geral.

Po. de A² –É uma noção que deriva do latim *senātus* e que permite designar um dos agentes públicos do Poder Legislativo. O Senado representa parte de um dos três poderes das repúblicas federativas, como é o caso do Brasil, no qual são elaboradas e aprovadas leis em conjunto com a Câmara dos Deputados. O Senado Federal é a casa que representa os estados, diferentemente da Câmara dos Deputados, que representa o povo.

Po. de A³ – Conjunto de todos os habitantes do Brasil. Geralmente, destinatários dos discursos dos palanques (dos políticos em geral) e dos pregadores religiosos.

Po. de A4 – Pessoas que falam do Evangelho, que pregam verdades religiosas em nome de Deus; orador sacro.

Po. de A5 – Todo indivíduo com 60 anos ou mais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS); que tem poucas posses, que é de pouco valor, necessitado, indigente, mendigo, pedinte, desprotegido, que inspira comiseração; que perdeu um protetor, os pais ou um deles, desamparado, desvalido; mulher a quem morreu o marido e que não contraiu ainda novas núpcias.

Po. de A6 – Instituição eclesiástica, que goza de autoridade perante a sociedade em que se faz presente e atuante. No Brasil, geralmente refere-se a instituição de denominação cristão

**C) Momento e lugares de enunciação**

A música foi lançada em abril de 2011, pela cantora Fernanda Brum, um mês após um massacre ocorrido em Realengo, na zona oeste do Rio de Janeiro, fato gerador de uma comoção mundial no ano de 2011, em que um atirador, passando-se por palestrante, invade uma escola e atira contra dezenas de alunos, matando 4 crianças, deixando 12 feridos, com aproximadamente 60 disparos em 15 minutos. No entanto, parece não haver referência direta a esse fato na música. Nesse mesmo ano, Dilma Rousseff chega ao poder como presidente da república. Também não há referência direta a esse fato político.

A¹ Central do Brasil

A² Pavão Pavãozinho

A³ Padre Miguel

A4 Apolion

A5 Agreste Mineiro

A6 Sertão

A7 Ribeirinhos do Amazonas

A8 Tribunais

A9 Prisões

A10 Brasil

Po. de A¹ – Estação de trens metropolitanos localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Po. de A² – Conjunto de favelas situado na fronteira entre os bairros de Ipanema e Copacabana, na Zona Sul cidade do Rio de Janeiro com vista privilegiada para o mar, situado em um dos bairros mais nobres da cidade, mas com graves problemas sociais, como pobreza, violência e tráfico de drogas. É também conhecida como favela do Cantagalo.

Po. de A³ – Bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, localizado entre os bairros de Bangu e Realengo com sub-bairros como Vila Vintém (favela, antes pertencente ao exército, mas que, após a década de 1950, foi esquecida; sofreu com a falta de políticas públicas e cedeu espaço para o tráfico de drogas até o surgimento do comando vermelho, que dominou por muito tempo as ações do tráfico de drogas da comunidade).

Po. de A4 – Anjo do abismo[[8]](#footnote-8), cujo nome em hebraico é *Abadom* e, em grego, *Apoliom*, citado nas escrituras bíblicas em Apocalipse 9,11; palavra cujo significado também pode ser “destruição”, “destruidor”.

 Po. de A5 – Região do estado de Minas Gerais pertencente à área do polígono das secas.[[9]](#footnote-9)

Po. de A6 – Sertão nordestino, também conhecido como sertão, é uma das quatro sub-regiões da Região Nordeste do Brasil. É um dos semidesertos do mundo. Sub-região que apresenta o menor índice pluviométrico de todo o país, escassez e distribuição irregular de chuvas. A população sertaneja, em geral, sofre com a falta de alimentos e água potável nessa sub-região do Nordeste. A área atingida pela seca equivale a três vezes o estado de São Paulo. É parte do polígono das secas.

Po. de A7 – Reconhecidos como população tradicional por decreto presidencial. População que vive às margens do rio Amazonas, de acordo com as condições disponíveis na natureza. Praticam a subsistência, são extremamente pobres e sofrem com a poluição dos rios (esgoto), assoreamentos e erosão. Praticam o extrativismo, moram em casas de palafitas e, na época das grandes enchentes, é a população que mais sofre com as cheias que invadem suas casas.

Po. de A8 – Um tribunal (do latim: *tribunalis*, significando "dos tribunos") é um órgão cuja finalidade é exercer a jurisdição, ou seja, resolver litígios com eficácia de coisa julgada. No entanto, existem também tribunais religiosos, como os tribunais eclesiásticos das dioceses católicas e tribunais privados, como os tribunais arbitrais para certas atividades econômicas e desportivas.

Po. de A9 – Locais a serviço do Estado responsáveis pela privação de liberdade de locomoção, determinada por ordem escrita da autoridade competente ou, em caso de flagrante delito, como pena por crime ou delito devidamente comprovado.

Po. de A10 – República Federativa do Brasil, com sua maior parte de habitantes cristã.

**D) Enunciados com seus respectivos pressupostos e subentendidos explicitados**

E¹ “O que vi na Central do Brasil no Pavão Pavãozinho, em Padre Miguel eu não vi em outro lugar, fora daqui.”

S¹ A autora é alguém que viaja para diferentes lugares.

E² “Fora com tanta miséria. Vou lá espantar o fantasma do caos e mandá-lo pra outro lugar. Pra casa de Apolion.”

pp¹ O caos é um fantasma.

pp² Apolion tem casa.

S¹ A autora é alguém que se preocupa com causas sociais.

S² A autora tem conhecimento bíblico.

S³ O caos é um fantasma miserável.

E³ “O que vi no agreste mineiro, o que vi no sertão, nos ribeirinhos do amazonas extrapolou, extrapolou.”

pp¹ A autora viu algo no agreste mineiro, no sertão e nos ribeirinhos do amazonas.

S¹ A autora ficou surpreendida com o que viu.

E4 “É, é a hora do senado acordar. É a hora desse povo sacudir. É a hora da bondade dominar”

pp¹ O senado está dormindo.

pp² O povo está parado.

pp³ A bondade não está dominando.

S¹ A autora é alguém que está protestando.

E5 “É, é a hora de crer mais nos tribunais. De exorcizar o mofo das prisões. De ver nossos velhinhos a cantar”

pp¹ Estão crendo pouco nos tribunais.

pp² As prisões tem mofo.

pp³ Há velhinhos.

S¹ A autora é uma pessoa que acredita na justiça exercida pelo poder judiciário.

S² O mofo precisa ser retirado (exorcizado).

E6 “Incoerência, imprudência e maledicência, os que queriam pregar perdeu a inocência”

pp¹ Os que queriam pregar já foram inocentes.

pp2 Pessoas já quiseram pregar.

S¹ Os pregadores inocentes foram corrompidos pela incoerência, imprudência e maledicência de terceiros.

E7 “No Palanque da injustiça onde o pobre passa fome, onde o órfão, a viúva e o idoso não têm nome”

pp¹ A injustiça é vista pelo pobre, pelo órfão, pela viúva e pelo idoso.

pp:² Pobre não come no palanque.

pp:³ Órfão, viúva e idoso não são reconhecidos no palanque.

S¹ Palanque é lugar de pessoas bem sucedidas.

E8 “Promessas esquecidas de outros carnavais. Lembravam da igreja, agora não lembram mais”

pp¹ Promessas foram feitas em outras épocas.

pp² Promessas foram lembradas antes.

pp:3 A igreja já foi lembrada.

S¹ Existem pessoas desonestas.

S² Existem pessoas que abandonaram suas crenças religiosas.

E9 “Seguiram no batuque dessa dinheirada. Perderam a visão, agora já não têm mais nada!”

pp¹ Eles estavam no batuque do dinheiro antes.

pp:² Já tiveram visão antes.

S¹ A visão era tudo que tinham.

S² Tinham algo além da visão e perderam também.

E10: Oe Oe Oe Oe Oe Canta Brasil! Oe Oe Oe Oe Oe Acorda Brasil !

p:¹: O Brasil está dormindo.

###### 4.1 Considerações sobre o texto analisado

Para a escolha da canção, partimos de uma análise intuitiva de que ela faz referência a problemas de nosso país. Canção direcionada a um acordar que a compositora da canção teve em relação a alguns lugares específicos do país que vivem em situações de miséria (miséria financeira, intelectual e espiritual) e também à realidade vivenciada pelos presidiários (miseráveis de espírito), idosos do país (anônimos e ignorados) e realidade do povo brasileiro que perece por falta de um governo mais humano e justo (“É, é a hora do senado acordar. É, é a hora da bondade dominar. [...] Seguiram no batuque dessa dinheirada [...] No Palanque da injustiça onde o pobre passa fome onde o órfão, a viúva e o idoso não têm nome”)

O texto apresenta, em seu conteúdo, algumas figuras de linguagem, vocabulário específico de algumas regiões e de grupos religiosos. Em se tratando de figuras de linguagem, predominam as metáforas e as metonímias. Por meio do entendimento dessas figuras de linguagens, podemos compreender com mais clareza como é elaborado o discurso veiculado pela canção. No trecho “é hora do Senado acordar”, por exemplo, encontramos uma metonímia, mas que, nessa situação, trata-se de um mecanismo linguístico que a autora usa para expressar ao público que não é o Senado instituição, com seus senadores, parte de um dos três poderes da República, que está dormindo, pois não se trata das pessoas, mas de um dos representantes do Poder Legislativo, que, por sua vez, deveria legislar, em conjunto com a Câmara Federal, de acordo com os interesses dos eleitores, isto é, do povo, mas que não está exercendo seu papel no combate, principalmente, da violência (em suas diversas formas) e principalmente da injustiça.

Em outro trecho, a autora afirma que é a hora de “exorcizar o mofo das prisões”. Nessa expressão, podemos perceber que, além de uma metáfora, ela também usa uma expressão do campo religioso, atualmente muito usual no protestantismo. Em outras palavras, “exorcizar” seria o ato de “expulsar demônios”. Porém não se exorcizam lugares, mas pessoas. É o que se pode verificar pelo sentido bíblico-teológico do termo "exorcizar":

Jesus, no novo testamento, expulsou (grego: ἐκβάλλω – *ekballō*), fez sair (grego: ἐξελεύσομαι – *exerchomai*) numerosos demônios (Mateus 4,24; Marcos 1,34; L 6,18) [Marcos 1,35...] tecnicamente, porém, reserva-se o termo aos casos de possessão pelo demônio. O possesso é o lugar do combate entre dois adversários: o taumaturgo e o demônio, do qual o homem deve ser libertado. (VAN DEN BORN, 2013, p. 505).

Ao usar a expressão “exorcizar”, a autora da música está pedindo que os demônios dos mofos sejam removidos das prisões (mofo só existe onde não há renovação, limpeza) e que, no combate entre o poder judiciário (taumaturgo) e a violência (demônio), o poder judiciário exerça justiça no país colocando nas prisões quem de fato deveria estar lá e libertando, assim, quem está preso, mas que já deveria estar livre por uma série de razões que extrapolam a esfera jurídica. Nesse caso, de forma dedutiva, podemos inferir que quem deveria estar nas prisões são os criminosos, especificamente aqueles que lesam cidadãos do bem, como os idosos e demais integrantes do povo, conforme se lê no trecho “é a hora de crer mais nos tribunas, de exorcizar o mofo das prisões, de ver nossos velhinhos a cantar”.

Ao continuar a leitura, pode-se ainda encontrar outra informação. A autora pede para que o poder judiciário exerça justiça, porém deixa claro que isso só será possível através da crença do poder legislativo no judiciário: “é a hora de crer mais nos tribunais”; e uma forma disso acontecer é por meio da ação do povo, “é a hora desse povo sacudir”, ou seja, através do protesto do povo, de um movimento de baixo para cima. Já que o Senado cria (ou pelo menos deveria criar) leis que protegem o povo e não os criminosos; o poder judiciário deve (deveria) ser capaz de exercer justiça e proporcionar segurança a toda sociedade brasileira, inclusive aos idosos e aos demais desvalidos, que eles representam e que compõem maioria absoluta da sociedade.

Em geral, a canção, ao mesmo tempo em que protesta em favor do povo e contra os problemas sociais do país, é também um “hino” como chamam os cristãos, pois apresenta nas entrelinhas um discurso religioso, cuja base está nos princípios judaico-cristãos, mais especificamente cristãos. É o mesmo discurso religioso que ecoa desde os primórdios da formação do povo de Israel, conforme se pode ver na citação a seguir (e que foi reafirmada mais drasticamente pelo cristianismo): “[Deus] Que faz justiça ao órfão e à viúva, e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e vestes” (Deuteronômio 10,18). Em razão de seu papel de líder religiosa (pastora evangélica), Fernanda Brum, por meio de seu discurso cantado, realiza duas ações simultâneas: denúncia as injustiças sociais e divulga os princípios de sua fé religiosa.

**5 Considerações finais**

Para a compreensão de um texto, é imprescindível o conhecimento – ainda que intuitivo – de recursos linguísticos mais sofisticados que os falantes usam para produzir sentido. É por isso que, em nosso trabalho, analisamos a letra de uma música a partir de elementos linguísticos específicos, pressupostos e subentendidos, a fim de chegarmos a uma compressão geral da letra.

Partimos do ponto de vista da significação, mas foi necessário também passar pelo ponto de vista pragmático para se apreender o sentido mais amplo do texto, depreendido a partir da identificação dos pressupostos e dos subentendidos do texto.

Analisar o significado estritamente linguístico do texto, como no caso de algumas pressuposições é insuficiente, isso porque diversos conhecimentos de mundo mobilizados pela canção demandam outras operações linguístico-cognitivas, isto é, mobilizam conhecimentos relativos tanto ao significado estritamente linguístico, quanto ao conhecimento do contexto (espacial, temporal, social, pessoal, etc.) em que o enunciado (a canção) circula.

Para se compreender o sentido mais amplo da letra, foi necessário se ter informações históricas, geográficas, sociais e culturais tanto de agentes individuais e institucionais referidos no texto quanto dos próprios elementos linguísticos utilizados pela cantora, que situam o texto em um discurso religioso de protesto. Desse modo, foi de extrema importância o conhecimento extratextual da cultura judaico-cristã partilhada em nossa sociedade.

Assim, levando-se em consideração a importância que têm as relações sociais entre o autor, texto e leitor e as implicações ao se considerar o contexto, cabe afirmar que é de extrema importância que os profissionais da educação (e todos aqueles que trabalham com leitura e produção de textos em geral) considerem o fato de que, para todo texto, existe um contexto e que para todo “dito” pode existir “o não dito” necessário ao “sentido”. Desse modo, o estudo do subentendido contribui para o entendimento do discurso. O processo de entendimento se dá quando o leitor constrói o sentido a partir da relação de todas as suas estruturas de conhecimento vinculadas a elementos culturais, políticos e sociais que o possibilite fazer inferências e atribuições sem fugir das reais possibilidades interpretativas de um texto. Do ponto de vista pedagógico, esse tipo de análise pode ser relevante para o trabalho com texto em ambiente escolar, servindo de exemplo para se utilizar a música para melhorar a interpretação textual, a partir de uma base teórica clara e bem fundamentada. Esse tipo de trabalho poderia contribuir também para deixar os ouvintes mais atentos às mensagens das músicas que ouvem e que cantam em seu dia a dia.

***Referências***

BÍBLIA SAGRADA: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atualizada no Brasil. Barueri, SP: Sociedade Bíblia do Brasil, 2008.

CERVONI, Jean**.** *A enunciação.*São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Jorge Campos da. A teoria inferencial das implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 12-17, jul./set. 2009.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística*: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

DUCROT, Osvald. *O dizer e o dito.*Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard (org.). *Dicionário Teológico do Novo Testamento*. Condensado por Geoffrey W. Bromiley. Tradução Afonso Teixeira Filho *et al*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. vol. 1.

LEBLER, Cristiane Dall Cortivo. Pressupostos e subentendidos segundo a teoria da argumentação na língua. *Gragoatá*, Niterói, v. 21, n. 40, p. 295-316, 2016.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática.*São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Comesu. São Paulo: Contexto, 2004.

MENEGUSSO, Gustavo. Análise pragmática de textos orais e escritos. 2008. Disponível em: http://w3.ufsm.br/frederico/images/projetos/textos-academicos/Modelo%20de%20Artigo%20-%20Analise%20Pragmatica%20de%20Textos%20Orais%20e%20Escritos%20-%20Menegusso.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

VAN DEN BORN, A. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. Tradução Fr. Ary E. Pintanrelli e Fr. Orlando A. Bernardi. 2. ed. rev. sob dir. Centro “Informática e Bíblia” Abadia de Maredsous. São Paulo: Loyola; Paulinas; Paulus; Academia Cristã, 2013.

ZANDWAIS, Ana. *Estratégias de leitura:* como decodificar sentidos não-literais na linguagem verbal. Porto Alegre: Sagra, 1990.

1. Ducrot (1987, p. 164), ao esboçar uma teoria polifônica da linguagem, toma o termo *enunciado* como "a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase". Esta, por sua vez, é definida, pelo autor, como "um objeto teórico, entendendo por isso, que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática". Para este trabalho, essas noções são adequadas aos nossos propósitos investigativos, ainda que, em outros contextos, haja outras perspectivas teóricas que possam ser exploradas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 270-271), até mesmo entre os teóricos da Linguística da Enunciação, na qual podemos situar Ducrot (FLORES *et al*., 2009, p. 105-108). [↑](#footnote-ref-1)
2. Ducrot (1987, 181-193), ao esboçar sua Teoria Polifônica da Enunciação, distingue e delimita as noções de *locutor*, *falante real, autor*, entre outras, para fins de sua argumentação. No entanto, para efeitos deste trabalho, consideramos, diferentemente de Ducrot, os termos *locutor* e *falante* como equivalentes, bem como os termos *locutário* e *ouvinte*. Isso não significa, contudo, que não julguemos pertinentes as distinções desenvolvidas pelo autor em seus vários trabalhos, significa apenas que, para nossas análises, não há necessidade da precisão terminológica proposta por Ducrot. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cervoni (1989, p. 103) formula a *lei da informatividade* do seguinte modo: "se uma enunciação visa informar, só se pode 'chegar a esse resultado se o ouvinte ainda não conhece o fato que lhe é assinalado'; não podemos informar o que já está informado" (cf. DUCROT, 1977, p. 144). Já a *lei da exaustividade* é assim elaborada por Cervoni (1989, p. 103): "a informação fornecida deve ser máxima, isto é, entre as informações disponíveis deve-se fornecer aquela que se considera a mais importante para os destinatários" (cf. DUCROT, 1977, p. 145). Ambas as ideias serão desenvolvidas a seguir. [↑](#footnote-ref-3)
4. Utilizamos **pp** para *pressuposto* e **S** para *subententido*, seguindo a mesma convenção adotada por Ducrot (1977) e Zandwais (1990). As demais siglas e abreviaturas que usamos neste trabalho serão explicadas à medida que forem usadas. [↑](#footnote-ref-4)
5. Embora a exegese do texto bíblico citado esteja sujeita a variações, recorremos àquela que julgamos mais simples tanto do ponto de vista da interpretação bíblica, quanto do ponto de vista de nossa argumentação. [↑](#footnote-ref-5)
6. O clipe teve apoio e participação do grupo cultural AfroReggae, fundado em 1993. É um grupo que se utiliza da arte e da cultura para gerar transformação social. Ele promove a igualdade de direito, combate, através do trabalho sociocultural, o preconceito e a influência do tráfico de drogas. Além disso, defende como valores a diversidade, a liberdade, a transparência, a inclusão e a inovação. [↑](#footnote-ref-6)
7. Letra disponível em: https://m.letras.mus.br/fernanda-brum/1694226/. Acesso em: 10 ago. 2018. [↑](#footnote-ref-7)
8. Conforme informa o próprio texto de Apocalipse, *Apollyõn* é usado em Apocalipse 9,11(original em grego: ἔχουσιν ἐπ᾽ αὐτῶν βασιλέα τὸν ἄγγελον τῆς ἀβύσσου, ὄνομα αὐτῷ Ἑβραϊστὶ **Ἀβαδδών**, καὶ ἐν τῇ Ἑλληνικῇ ὄνομα ἔχει **Ἀπολλύων** (Apocalipse. 9,11 AGNT)). para traduzir o termo hebraico *abaddon.* Além disso, o vocábulo era usado para designar o rei escorpião que, acreditava-se, atormentava a raça humana. De acordo com Kittel e Friederich (2013, p. 1), o termo “é tirado do Antigo Testamento (p. ex. Jó 28,22), e é uma personificação do local de destruição (Jó 26,6). O grego *Apollyõn* é influenciado pelo uso do termo *apõleia* [abismo] na LXX, e pela ideia de *Apoliom* como deus do tormento e da destruição (Esquilo, *Agamêmon* 1.082).” [↑](#footnote-ref-8)
9. Delimitação do semiárido brasileiro (área de 1.108.434,82 km²) com índice pluviométrico insuficiente, com grande índice de aridez, risco de seca maior que 60%, com a finalidade de nortear as políticas públicas do Governo Federal, sobretudo as aplicações do fundo constitucional de financiamento do nordeste – FNE. [↑](#footnote-ref-9)